



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ANA PAULA PEREIRA DA SILVA

**ESPAÇO VIVIDO: Experiências e descobertas do espaço nas práticas
cotidianas da educação infantil**

JOÃO PESSOA - PB
2026

ANA PAULA PEREIRA DA SILVA

**ESPAÇO VIVIDO: Experiências e descobertas do espaço nas práticas
cotidianas da educação infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia, em cumprimento das
exigências parciais para a obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Maíra Lewtchuk
Espindola

JOÃO PESSOA - PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Ana Paula Pereira da.

 Espaço vivido: experiências e descobertas do espaço nas práticas cotidianas da educação infantil / Ana Paula Pereira da Silva. - João Pessoa, 2026.
 45 f. : il.

 Orientação: Maíra Lewtchuk Espindola Espindola.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

 1. Espaço vivido. 2. Educação infantil. 3. Práticas cotidianas - brincar. 4. Participação infantil. I. Espindola, Maíra Lewtchuk Espindola. II. Título.

UFPB/CE

CDU 373.2(043.2)

ANA PAULA PEREIRA DA SILVA

ESPAÇO VIVIDO: EXPERIÊNCIAS E DESCOBERTAS DO ESPAÇO NAS
PRÁTICAS COTIDIANAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

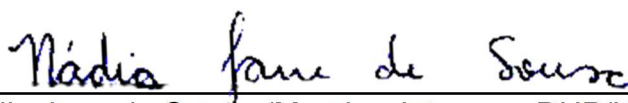
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a obtenção do
grau de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em: 13 de abril de 2026

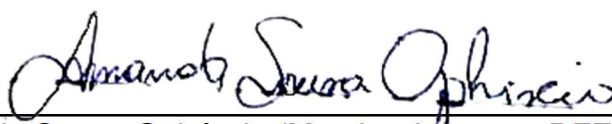
BANCA EXAMINADORA



Maíra Lewtchuk Espindola (Orientadora – DHP/UFPB)



Nadia Jane de Sousa (Membro Interno – DHP/UFPB)



Amanda Sousa Galvêncio (Membro Interno – DFE/UFPB)

RESUMO

Esta pesquisa aborda a creche na Educação Infantil, compreendido como dimensão constitutiva das experiências infantis no cotidiano institucional. O objetivo é analisar como as experiências e as descobertas do espaço se materializam nas práticas cotidianas de uma instituição de Educação Infantil, considerando as interações das crianças com os ambientes, os objetos e as pessoas. O estudo fundamenta-se em autores que discutem infância, espaço vivido, brincar e Sociologia da Infância, entendendo o espaço institucional como construção social, relacional e simbolicamente significada pelas crianças. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, com visitas institucionais, observação participante inicial e aplicação de questionário semiestruturado às profissionais da instituição. Os resultados indicam que, nas rotinas diárias, as crianças exploram, interpretam e ressignificam os espaços por meio do brincar, do movimento e das interações, revelando múltiplas formas de perceber, ocupar e produzir sentidos sobre o espaço. Conclui-se que práticas pedagógicas que valorizam tais experiências contribuem para o desenvolvimento da autonomia, da identidade, do pertencimento e da participação infantil, reforçando a importância de compreender a instituição de Educação Infantil como espaço vivido e pedagogicamente significativo.

Palavras-chave: Espaço vivido; Educação Infantil; Práticas cotidianas; Brincar; Participação infantil.

ABSTRACT

This study addresses lived space in Early Childhood Education, understood as a constitutive dimension of children's experiences in institutional everyday life. It aims to analyze how experiences and discoveries of space take place in the daily practices of an early childhood education institution, considering children's interactions with environments, objects, and people. The research is grounded in studies on childhood, lived space, play, and the Sociology of Childhood, understanding institutional space as a social, relational, and symbolically constructed reality. Methodologically, it adopts a qualitative approach, based on institutional visits, initial participant observation, and a semi-structured questionnaire administered to the institution's professionals. The findings indicate that, in daily routines, children explore, interpret, and resignify spaces through play, movement, and interaction, revealing multiple ways of perceiving, occupying, and producing meanings about space. It is concluded that pedagogical practices that value such experiences contribute to the development of autonomy, identity, belonging, and children's participation, reinforcing the importance of understanding the early childhood education institution as a lived and pedagogically meaningful space.

Keywords: Lived space; Early Childhood Education; Daily practices; Play; Children's participation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A INFÂNCIA COMO CATEGORIA SOCIAL, HISTÓRICA E POLÍTICA.....	10
2.1	A CRIANÇA COMO SUJEITO SOCIAL E SUJEITO DE DIREITOS	12
2.2	EXPERIÊNCIA, COTIDIANO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO INFANTIL	12
2.3	O RESPALDO LEGAL: INFÂNCIA COMO DIREITO E O ESPAÇO COMO DIMENSÃO CURRICULAR	14
3	METODOLOGIA	19
3.1	ABORDAGEM DA PESQUISA	19
3.2	TIPO DE PESQUISA	20
3.3	CAMPO DE PESQUISA.....	20
3.4	SUJEITOS DA PESQUISA	21
3.5	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	21
3.5.1	Observação Participante e Visitas Institucionais.....	21
3.5.2	Questionário.....	22
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	25
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	25
4.2	PERFIL DAS PARTICIPANTES.....	29
4.3	RELAÇÃO ENTRE ESCOLA, CRIANÇAS E CONTEXTO SOCIAL	31
4.4	O ESPAÇO COMO ELEMENTO PEDAGÓGICO	32
4.5	PARTICIPAÇÃO INFANTIL E PROTAGONISMO.....	33
4.6	ANÁLISE DO PROJETO <i>O QUE VEJO DA MINHA JANELA?</i>	35
4.7	O BRINCAR E O ESPAÇO VIVIDO.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

A temática do espaço vivido pelas crianças emerge como campo de estudos que reconhece as crianças como sujeitos sociais ativos, capazes de produzir sentidos, significados e experiências a partir de suas interações com os espaços que habitam. Nessa perspectiva, o espaço deixa de ser compreendido apenas como um cenário físico e passa a ser entendido como um elemento vivo, construído cotidianamente pelas práticas, movimentos, brincadeiras e relações das crianças. Assim, investigar as experiências e descobertas do espaço nas práticas cotidianas da instituição de educação infantil possibilita compreender como as crianças percebem, exploram e ressignificam os ambientes educativos, constituindo suas próprias experiências espaciais.

Ao refletir sobre o conceito de infância, é comum associá-lo à imagem de crianças em diferentes fases do desenvolvimento, envolvidas em atividades escolares ou em momentos de lazer. Tal compreensão, contudo, não alcança a complexidade histórica, social e cultural inscrita nessa categoria. Nesta pesquisa, adota-se a perspectiva de que “a infância é uma construção social, na qual as crianças são agentes ativos que produzem e participam de suas próprias culturas” (Corsaro, 2011, p. 18). Assim, a infância é compreendida como processo dinâmico, marcado por interações constantes, no qual se produzem culturas infantis e se organizam, simultaneamente, os espaços destinados às crianças no universo adulto, em suas instituições e formas de organização social.

O interesse pessoal por esse tema nasce da inquietação em compreender de que maneira as crianças pequenas se apropriam dos espaços da instituição de educação infantil, transformando-os em lugares de convivência, aprendizagem e descoberta. No campo social e educacional, o estudo se justifica por contribuir com reflexões relevantes para as práticas pedagógicas na Educação Infantil, alinhadas às orientações da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), que defendem o direito das crianças à exploração, à interação e à participação ativa nos espaços educativos. Compreender o espaço vivido pelas crianças também favorece a construção de políticas públicas mais sensíveis às necessidades e vivências das crianças em contextos institucionais.

É necessário garantir às crianças oportunidades para explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos e elementos da natureza. (Brasil, 2017, p. 37).

Existem diferentes interpretações sobre o termo infância, e o entendimento sobre os espaços infantis também merece um olhar muito especial. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em um de seus capítulos, tal qual capítulo II, reconhece a Educação Infantil como uma etapa de significativa importância no desenvolvimento humano, incluindo-a na educação básica, deliberando sobre a formação mínima para seus profissionais.

Delgado e Muller (2006) compreendem que as crianças não experimentam e acumulam vivências somente em ambientes escolares, mas também em quaisquer espaços nos quais estão inseridas. Isso significa reconhecer que, ao mesmo tempo que se vinculam aos contextos institucionais, elas também participam ativamente de contextos não institucionais. Torna-se necessário, portanto, pensar a criança em relação aos espaços que vivencia, reconhecendo a importância dessas experiências para sua formação.

Refletir sobre os diferentes espaços das infâncias permite descentrar o olhar das dimensões físicas e ambientais que, muitas vezes, os adultos definem como as mais adequadas às crianças, esquecendo-se de que, em outros espaços, também acontecem encontros, desencontros, descobertas e trocas. Nesse sentido, compreende-se que os espaços, embora prontos, construídos e idealizados por adultos, não garantem, por si sós, relações humanas pautadas no respeito à diversidade e à pluralidade das experiências infantis (Delgado; Muller, 2006, p. 8). Ao longo da história, pesquisadores têm buscado compreender a relação entre os espaços vividos pelas crianças e seus processos de desenvolvimento. Nessa direção, entende-se que a constituição da identidade cultural se dá por meio da vivência em espaços socialmente organizados, nos quais as crianças constroem sentidos, vínculos e formas de pertencimento. A partir de Jader Janer Moreira Lopes, pode-se afirmar que essas experiências se produzem nas relações que as crianças estabelecem com os espaços e com os outros, atribuindo significados próprios aos contextos que vivenciam. Desse modo, as crianças não apenas ocupam os espaços, mas os interpretam, os ressignificam e os integram às suas culturas e interações.

Sendo assim, as relações estabelecidas entre o indivíduo e o lugar em que se está são mediadas pelos demais sujeitos envolvidos, em uma relação carregada de sentidos. Jader Janer Moreira Lopes e Vasconcellos, afirmam que compreender quais lugares são ocupados nesse processo de interação da criança com os sujeitos de seu entorno constitui um dos esforços dos estudos sobre o espaço vivido pelas crianças.

Nessa perspectiva, os estudos sobre a infância buscam compreender as crianças em seus diferentes contextos, considerando como os arranjos sociais e culturais produzem infâncias em distintos espaços e tempos e como, ao se apropriarem dessas dimensões sociais, as crianças as reconfiguram e lhes atribuem novos sentidos (Lopes; Vasconcellos, 2006).

O mundo contemporâneo tem redefinido as experiências da infância, impondo ritmos, valores e formas de organização que muitas vezes limitam o protagonismo das crianças. Por isso, torna-se necessário repensar a infância a partir de suas múltiplas significações, considerando as crianças como sujeitos do presente e reconhecendo que suas experiências espaciais e relacionais participam da constituição de suas identidades e de seus modos de viver a instituição de Educação Infantil. “As crianças são atores sociais competentes, que participam ativamente na construção das suas próprias culturas e identidades.” (Sarmiento, 2004, p. 7).

Ao participar do cotidiano da instituição de Educação Infantil, a criança precisa ter oportunidades de compreender, explorar e significar o espaço em que vive. Essa compreensão não se reduz à orientação física, mas envolve perceber relações, transformações, usos e sentidos produzidos nos ambientes institucionais. Desse modo, a experiência espacial integra o processo de aprendizagem e amplia a leitura de mundo construída pelas crianças.

Ao trabalhar as experiências espaciais na Educação Infantil, é essencial considerar os saberes das crianças e os conhecimentos que elas constroem nas vivências cotidianas. Isso implica aproximar as práticas pedagógicas da realidade infantil, valorizando suas observações, narrativas, brincadeiras e formas de participar do espaço. Assim, o ensino torna-se mais significativo e favorece o reconhecimento das crianças como sujeitos ativos da aprendizagem.

O estudo das relações espaciais oportuniza a compreensão do mundo em que se vive, pois permite analisar como as ações humanas, em contato com a natureza e com a cultura, produziram diferentes sociedades ao longo do tempo. Nesse processo, forma-se também o conceito de identidade, expresso nas relações estabelecidas entre

os sujeitos sociais e os lugares vividos, na memória social e na consciência de ser sujeito da história. Como destaca Lopes (2011, p. 54), “as crianças atribuem significados próprios às suas experiências, produzindo sentidos que expressam suas formas de ver, sentir e compreender o mundo”.

Para fundamentar esta pesquisa, foram considerados estudos como os de Jeremias (2013), Bezerra e Barbosa (2016) e Rocha (2021), os quais evidenciam que o espaço na Educação Infantil ultrapassa sua dimensão física, constituindo-se como elemento fundamental para as experiências e as aprendizagens das crianças. Esses trabalhos dialogam com a temática do espaço, da infância e das práticas pedagógicas e contribuem para compreender que as experiências infantis não podem ser analisadas de forma dissociada dos contextos institucionais, das interações cotidianas e das mediações pedagógicas que organizam a vida na Educação Infantil.

A infância deve ser compreendida como categoria social, histórica e cultural, em que a criança atua ativamente na construção de conhecimentos, relações e significados sobre o mundo que a cerca. Nesse sentido, a criança não é um ser passivo, mas um sujeito social que interpreta, recria e transforma os espaços vivenciados no cotidiano da instituição de educação infantil. Essa concepção dialoga com os estudos de Manuel Sarmiento, que compreende a infância como uma categoria social, marcada pela produção de culturas próprias, e com William Corsaro, ao destacar a reprodução interpretativa das crianças em suas interações com o meio.

O estudo do espaço vivido propõe analisar o espaço a partir da perspectiva das crianças, considerando suas experiências, deslocamentos, brincadeiras e interações como elementos fundamentais para compreender o modo como significam os ambientes que vivenciam. Na instituição de Educação Infantil, o espaço ultrapassa a dimensão física, tornando-se ambiente de afetividade, descobertas e aprendizagens.

As rotinas, as brincadeiras, as interações e as explorações realizadas no cotidiano da instituição de Educação Infantil configuram-se como práticas fundamentais para que as crianças percebam, experimentem e compreendam o espaço. Cada ambiente — seja a sala, o pátio, o corredor ou as áreas externas — torna-se espaço de aprendizagem, no qual a criança desenvolve noções de pertencimento, orientação, convivência e cuidado. Nessa perspectiva, o espaço educativo assume papel pedagógico intencional, sendo mediador do desenvolvimento integral da criança.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) reforça a centralidade das experiências espaciais ao destacar os campos de experiência, especialmente O eu, o outro e o nós e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Esses campos orientam práticas pedagógicas que valorizam a exploração do ambiente, a interação com o espaço e a construção de saberes a partir do cotidiano vivido pelas crianças. A BNCC reconhece a criança como protagonista do processo educativo, incentivando práticas que promovam a investigação, a curiosidade e a descoberta do mundo físico e social desde a Educação Infantil.

Além da BNCC, documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reforçam a importância do espaço como elemento estruturante das práticas pedagógicas. Esses documentos defendem ambientes educativos que garantam o direito à brincadeira, à convivência e à exploração, reconhecendo o espaço como condição essencial para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural da criança.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é investigar como as crianças produzem experiências e descobertas no espaço da instituição de educação infantil, considerando suas práticas cotidianas. Como objetivos específicos, busca-se descrever o espaço da instituição de educação infantil e seus diferentes ambientes, bem como analisar as interações infantis que revelam formas próprias de significar o espaço, evidenciando como as crianças constroem sentidos sobre os lugares que frequentam.

O trabalho está organizado em capítulos articulados entre si. O primeiro apresenta o referencial teórico sobre infância, espaço vivido, brincar e práticas cotidianas. O segundo descreve o percurso metodológico e contextualiza o campo de pesquisa. O terceiro analisa os dados produzidos no estudo, com ênfase nas experiências espaciais das crianças na instituição de Educação Infantil. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados da investigação e suas contribuições para a área.

2 A INFÂNCIA COMO CATEGORIA SOCIAL, HISTÓRICA E POLÍTICA

Este capítulo teórico constitui o alicerce conceitual da investigação, que busca compreender as relações entre criança, espaço e experiência no cotidiano da instituição de Educação Infantil a partir da noção de espaço vivido. Parte-se do

entendimento de que a infância não pode ser concebida como etapa natural, homogênea ou meramente biológica do desenvolvimento humano, mas como categoria social, histórica e culturalmente situada, produzida nas relações sociais e nas práticas cotidianas.

Nesse sentido, Jader Janer Moreira Lopes (2013) é referência central para este trabalho, ao afirmar que a infância não é apenas uma fase da vida, mas uma condição social que se produz em contextos espaciais concretos, nos quais as crianças atuam, significam e transformam o mundo. Essa compreensão, em diálogo com Lopes (2013), desloca a criança da posição de objeto passivo para reconhecê-la como sujeito social, participante da produção de sentidos sobre os espaços que vivencia. A instituição de Educação Infantil configura-se, portanto, como contexto privilegiado para observar como as experiências infantis são vividas, experimentadas e produzidas nas interações entre crianças, adultos, objetos e ambientes.

Além da concepção social, reconhecer a infância como categoria política implica compreender as crianças como sujeitos de direitos, inseridos em relações de poder e participação social. Essa abordagem rompe com a ideia de neutralidade da infância e evidencia que as crianças são afetadas por decisões políticas, econômicas e institucionais que organizam os espaços que habitam e as experiências que vivenciam.

Nesse contexto, a participação infantil ganha destaque como elemento central da dimensão política da infância. Para Philippe Ariès, a própria noção de infância é resultado de construções sociais e políticas ao longo da história, o que reforça seu caráter não natural, mas historicamente produzido. Tal entendimento permite analisar como políticas públicas, legislações e práticas institucionais moldam as condições de vida das crianças. “A infância não é uma realidade natural, mas uma construção histórica que se modifica ao longo do tempo.” (Ariès, 1981, p. 99).

No Brasil, documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforçam a infância como sujeito de direitos, garantindo proteção, participação e acesso a espaços educativos que promovam o desenvolvimento integral. Dessa forma, a infância assume uma dimensão política ao ser reconhecida como parte ativa da sociedade e destinatária de políticas públicas.

Dessa maneira, compreender a infância como categoria social, histórica e política possibilita uma leitura ampliada das experiências infantis, reconhecendo as

crianças como sujeitos de direitos, de cultura e de participação. Essa abordagem contribui para práticas pedagógicas, políticas públicas e pesquisas acadêmicas comprometidas com a escuta das crianças e com a valorização de suas vivências nos espaços que habitam.

2.1 A CRIANÇA COMO SUJEITO SOCIAL E SUJEITO DE DIREITOS

Durante muito tempo, os estudos sobre a infância foram marcados por uma perspectiva adultocêntrica, que compreendia a criança como um vir a ser, um ser incompleto, cuja função principal seria preparar-se para a vida adulta. Essa visão reduziu a infância a uma etapa transitória, desconsiderando sua potência social, cultural e espacial.

A partir das contribuições da Sociologia da Infância e dos estudos sobre o espaço vivido, esse paradigma é tensionado. Para Jadner Lopes, as crianças não apenas ocupam espaços planejados pelos adultos, mas os significam e os ressignificam por meio de suas práticas, deslocamentos, brincadeiras e relações. Assim, o espaço institucional passa a ser compreendido como realidade vivida, atravessada pelas experiências infantis.

Essa abordagem propõe analisar tanto os espaços feitos para as crianças, os quais são espaços institucionalizados, organizados e normatizados, quanto os espaços feitos pelas crianças, isto é, aquelas que emergem das práticas cotidianas, das apropriações inesperadas e das táticas de uso do espaço.

Assim, a instituição de Educação Infantil não pode ser compreendida apenas como um local funcional de cuidado e ensino, mas como um campo vivo, no qual as crianças exercem sua condição de atores sociais, produzindo sentidos, afetos e modos próprios de viver o espaço.

2.2 EXPERIÊNCIA, COTIDIANO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO INFANTIL

Para compreender como as crianças produzem suas experiências espaciais, é necessário considerar a experiência como categoria central. Conforme Larrosa, a experiência é aquilo que nos acontece e nos transforma. No cotidiano das instituições de Educação Infantil, as experiências infantis constroem-se nos encontros com o

espaço, com o outro e consigo mesmas, articulando corpo, afeto, movimento e significação.

Nesse sentido, Lopes (2013) reforça que o espaço vivido se constrói nas práticas ordinárias, nos pequenos gestos e nos usos imprevistos do espaço. No campo da educação infantil, essa discussão também exige rever concepções curriculares e institucionais.

As pesquisas no campo educacional sobre a pedagogia para a educação de bebês e crianças bem pequenas em ambientes coletivos e formais são recentes no país e quase inexistem publicações que abordem diretamente a questão curricular nesse primeiro nível da educação básica. Geralmente as legislações, os documentos, as propostas pedagógicas e a bibliografia pedagógica privilegiam as crianças maiores e têm em vista a adaptação da educação infantil ao modelo convencional que orienta os sistemas educacionais no país.

Refletir sobre o modo de realizar a formação de crianças pequenas em espaços públicos de educação coletiva significa repensar quais as concepções a defender em um estabelecimento educacional. Ao mesmo tempo, impõe considerar quais são suas funções, de que maneira pode organizar seus modelos de gestão e sua proposta pedagógica, assim como instiga a se deter em qual será seu currículo, tendo em vista a perspectiva de um longo processo de escolarização.

As crianças pequenas solicitam aos educadores uma pedagogia sustentada nas relações, nas interações e em práticas educativas intencionalmente voltadas para suas experiências cotidianas e seus processos de aprendizagem no espaço coletivo, diferente de uma intencionalidade pedagógica voltada para resultados individualizados nas diferentes áreas do conhecimento. Para evitar o risco de fazer da educação infantil uma escola elementar simplificada, torna-se necessário reunir forças e investir na proposição de outro tipo de estabelecimento educacional.

Um estabelecimento que tenha como foco a criança e como opção pedagógica ofertar uma experiência de infância potente, diversificada, qualificada, aprofundada, complexificada, sistematizada, na qual a qualidade seja discutida e socialmente partilhada, ou seja, uma instituição aberta à família e à sociedade. Nessa perspectiva, podemos reivindicar três funções indissociáveis para as instituições de educação infantil e pré-escolas, com base em pesquisas realizadas bibliográficas e de campo. Primeiramente, uma função social, que consiste em acolher, para educar

e cuidar, crianças entre zero e seis anos, compartilhando com as famílias o processo de formação e constituição da criança pequena em sua integralidade.

Em segundo lugar, a função política de contribuir para que meninos e meninas usufruam de seus direitos sociais e políticos e exerçam seu direito de participação, tendo em vista a sua formação na cidadania. Por fim, a função pedagógica de ser um lugar privilegiado de convivência e ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas entre crianças e adultos. A articulação entre essas três funções promove a garantia de bem-estar às crianças, aos profissionais e às famílias.

2.3 O RESPALDO LEGAL: INFÂNCIA COMO DIREITO E O ESPAÇO COMO DIMENSÃO CURRICULAR

As sociedades sempre passaram por processos de mudança, porém nunca tantas transformações na amplitude e na velocidade daquelas que estamos vivendo. As mudanças aconteciam de modo lento e eram incorporadas gradativamente pelas populações através das gerações. A partir da segunda metade do século XX, as alterações começaram a se intensificar e a incidir em diferentes campos da vida. Vivemos mudanças tecnológicas, científicas, religiosas e políticas, o que vem causando alterações no comportamento humano.

A mídia e o consumo, por exemplo, acabaram por estabelecer um estilo de vida onde sempre há uma nova necessidade a ser atingida, um novo objeto a ser consumido. Mesmo os relacionamentos humanos que eram projetados para toda a vida atualmente podem ter pouca duração. Esse novo tipo de vida, pautado na incerteza, provoca nas pessoas a necessidade de tranquilidade e vínculos fortes para evitar a ansiedade causada pela instabilidade.

Se, por um lado, as sociedades mais tradicionais ofereciam a segurança, a proteção e a estabilidade, elas dificultavam, e muitas vezes impediam, as transformações, a criatividade e a liberdade. Atualmente são enfatizadas para os indivíduos suas infinitas possibilidades, suas capacidades de pensar e realizar, em curto prazo, desejos e projetos. Porém, por vezes, eles são abandonados à solidão, à exclusão, à desigualdade social e econômica, à competitividade. É preciso, então, lembrar que a vida humana, em sua integralidade, torna-se sem sentido quando não se tem uma perspectiva de pertencimento, de convívio com os outros em temporalidades longas.

Ou seja, as transformações sociais que marcam a transição das sociedades tradicionais para as modernas têm sido amplamente discutidas na literatura sociológica. Conforme aponta Anthony Giddens, especialmente em *As Consequências da Modernidade*, a modernidade promove uma reorganização profunda das relações sociais, rompendo com estruturas tradicionais baseadas na estabilidade e na previsibilidade. Embora tais sociedades tradicionais oferecessem maior sensação de segurança e continuidade, também limitavam a autonomia individual e as possibilidades de transformação.

Por outro lado, na contemporaneidade, observa-se a ampliação das possibilidades de escolha e ação dos indivíduos, que passam a ser responsáveis pela construção de suas próprias trajetórias. No entanto, como analisa Zygmunt Bauman em *Modernidade Líquida*, essa ampliação da liberdade vem acompanhada de uma crescente fragilidade dos vínculos sociais, marcada pela fluidez das relações, pela instabilidade e pelo aumento da insegurança existencial. Nesse contexto, os indivíduos podem experimentar sentimentos de solidão, exclusão e intensificação das desigualdades sociais e econômicas, além de uma competitividade exacerbada.

Dessa forma, torna-se fundamental compreender que a vida social não se sustenta apenas na ampliação das possibilidades individuais, mas também na construção de vínculos duradouros e no sentimento de pertencimento. A ausência desses elementos pode comprometer o sentido da experiência humana, especialmente em um cenário marcado por temporalidades cada vez mais fragmentadas e relações sociais instáveis.

Um projeto educacional não é apenas uma escolha entre um ou outro modelo de vida. O processo educacional, principalmente aquele presente nos sistemas de ensino, é uma decisão política acerca do futuro de uma sociedade. É preciso pensar projetos educacionais que possam, em sua complexidade, dar conta tanto das necessidades de segurança, proteção e pertencimento, quanto das de liberdade e autonomia.

De acordo com políticas públicas, a função da educação infantil nas sociedades contemporâneas é a de possibilitar a vivência em comunidade, aprendendo a respeitar, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, a sair da percepção exclusiva do seu universo pessoal, assim como a ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais.

Isso implica uma profunda aprendizagem da cultura por meio de ações, experiências e práticas de convívio social que tenham solidez, constância e compromisso, possibilitando à criança internalizar as formas cognitivas de pensar, agir e operar que sua comunidade construiu ao longo da história. Práticas sociais que se aprendem através do conhecimento de outras culturas, das narrativas tradicionais e contemporâneas que possam contar sobre a vida humana por meio da literatura, da música, da pintura, da dança. Isso é, histórias coletivas que, ao serem ouvidas, se encontram com as histórias pessoais, alargando os horizontes cognitivos e emocionais através do diálogo, das conversas, da participação e da vida democrática. Não nascemos sabendo nos relacionar com os demais.

Embora sejamos biologicamente sociais, ou seja, a tendência à vida em grupo não é apenas cultural ou aprendida — ela faz parte da própria constituição biológica do ser humano, precisamos, no convívio, aprender as formas de relacionamento. Essa é a grande tarefa da educação da primeira infância e é realizada nas suas práticas cotidianas embasadas naquilo que a cultura universal oferece de melhor para as crianças. Nas tarefas do dia a dia, aquelas que realizamos junto com as crianças, produzimos e veiculamos concepções de educação.

As concepções de educação presentes nas práticas cotidianas não se efetivam simplesmente na transmissão de informação neutra e direta. Se assim o fosse, já teríamos resolvido a crise educacional de nosso país. Mas elas se efetivam em vivências e ações cotidianas nos estabelecimentos de educação infantil, pois têm um significado ético, o que quer dizer que, refere-se ao fato de que as práticas educativas não são neutras, mas orientadas por valores, princípios e concepções de mundo. Na educação infantil, as ações cotidianas dos educadores envolvem responsabilidades relacionadas ao cuidado, ao respeito à diversidade, à promoção da autonomia e à garantia de direitos das crianças, evidenciando que educar é também um ato ético. É através das conversas, da resolução de conflitos, dos diálogos, da fantasia, das experiências compartilhadas que, esperamos, possamos tornar o mundo mais acolhedor.

O ordenamento jurídico brasileiro oferece sólido respaldo para essa concepção de infância. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança. Segundo a LDB, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como

finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reforçam essa visão ao definirem a criança como sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

A Base Nacional Comum Curricular aprofunda essa perspectiva ao afirmar que brincar é uma forma privilegiada de aprendizagem na infância, pois supõe relações com os pares e com os adultos, exploração de objetos, transformação e criação de espaços. Além disso, a BNCC reconhece como direito de aprendizagem o explorar, destacando a relação direta da criança com o espaço: explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, objetos e elementos da natureza.

Esses documentos - LDB, DCNEI e BNCC - reconhecem o espaço como parte constitutiva do currículo, legitimando práticas pedagógicas que valorizam a brincadeira, a interação, a participação e a exploração do ambiente na Educação Infantil. “As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões [...] Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos.” (Base Nacional Comum Curricular, 2017, p. 42).

Este capítulo consolidou um referencial teórico que compreende a infância como categoria social, histórica e política. A criança é reconhecida como sujeito social e de direitos, produtora de culturas, sentidos e experiências no cotidiano da instituição de Educação Infantil.

Ao articular teoria e legislação, evidenciou-se que as práticas espaciais das crianças não são apenas expressões espontâneas, mas exercícios de direitos garantidos legalmente. A instituição de Educação Infantil emerge, assim, como espaço educativo vivo, no qual as crianças produzem suas próprias formas de viver e significar o espaço, constroem experiências significativas e participam ativamente da vida social.

Essa fundamentação teórica orienta a análise empírica desenvolvida neste estudo, direcionando o olhar para as práticas cotidianas, as mediações pedagógicas e as múltiplas formas pelas quais as crianças habitam, transformam e significam o espaço institucional.

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, precisa ser pensada na perspectiva da complementaridade entre educar e cuidar. Nos primeiros anos de vida, as crianças vivenciam intensos processos de aprendizagem, de inserção cultural e de constituição de vínculos. Por isso, a organização institucional, os tempos, os espaços e as relações pedagógicas assumem papel central em seu desenvolvimento integral.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

Uma característica política importante da Educação Infantil é seu papel no atendimento integral das crianças, o que envolve educação, saúde, cultura, proteção e assistência. Por essa razão, políticas de Educação Infantil precisam articular-se com outras áreas dos serviços públicos, de modo a garantir condições efetivas para o desenvolvimento integral e para a proteção dos direitos das crianças.

A articulação e a integração propiciam espaço para que alguns regramentos e ações relacionados à segurança e à saúde das crianças na instituição de educação infantil possam ser modificados. Os estabelecimentos de educação infantil, para garantir seu funcionamento legal e para receber financiamento, necessitam de uma série de atributos designados por outras instituições como secretarias de obras, secretarias de saúde, corpo de bombeiros, entre outros órgãos públicos. Nesse momento histórico, não basta apenas cumprir as designações apontadas pelos diferentes setores, mas articular o debate sobre o significado da educação das crianças pequenas em estabelecimentos educacionais e suas práticas para, assim, permitir que as ideias e as ações oriundas das diferentes secretarias possam colaborar e potencializar a educação infantil.

A intersetorialidade é o caminho para garantir o bem-estar de todos: famílias, crianças, professores e demais profissionais. Os responsáveis pela educação das crianças em espaços coletivos têm o compromisso de problematizar e viabilizar essa interlocução para poder qualificar o atendimento pedagógico e também para contribuir na defesa dos direitos inalienáveis das crianças. No contexto de nossa sociedade, os direitos, as necessidades de bem-estar, a aprendizagem de formas de pensamento e a ampliação dos conhecimentos cotidianos e científicos das crianças precisam ser o

foco para conceber os estabelecimentos educacionais, estando presentes em seus objetivos, suas finalidades, sua organização e suas práticas cotidianas. A promoção dos direitos das crianças à educação e à infância começa a ser efetivada desde a defesa de princípios como a equidade e a qualidade no atendimento até a definição da proposta pedagógica dos estabelecimentos de educação infantil enquanto promotores dos direitos humanos, especialmente os dos bebês e das crianças pequenas.

Portanto, para além de seu lugar como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é marcada, historicamente, pela necessária articulação entre educação e cuidado, bem como pela interlocução com diferentes políticas públicas. Soma-se a isso a diversidade de configurações institucionais e de demandas sociais que desafiam a construção de propostas pedagógicas comprometidas com os direitos das crianças e com a qualidade do atendimento. “A Educação Infantil deve ser organizada em articulação com as famílias e a comunidade, bem como com as políticas públicas de saúde, assistência social, cultura e proteção à infância.” (Base Nacional Comum Curricular, 2017, p. 36).

Essas características, na última década, ultrapassaram sua especificidade na educação infantil para também ingressarem na pauta de debate dos demais níveis de ensino. Destaca-se que essas características orientarão a leitura dos dados do CMEI.

3 METODOLOGIA

3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo de abordagem qualitativa. Optou-se por essa abordagem por permitir compreender os fenômenos educacionais a partir da perspectiva dos sujeitos, considerando seus significados, suas intencionalidades e suas relações com o contexto em que estão inseridos. Em vez de buscar generalizações estatísticas, a pesquisa qualitativa volta-se para a interpretação da complexidade das relações humanas e institucionais.

A pesquisa não buscou apenas quantificar a frequência das brincadeiras, mas compreender os significados atribuídos pelas crianças e pelas profissionais aos espaços institucionais. Buscou-se compreender como as profissionais percebem as relações das crianças com o espaço, evitando atribuir diretamente sentimentos e pensamentos às crianças sem escuta direta.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória. É descritiva porque busca registrar, analisar e interpretar características do fenômeno investigado sem nele intervir, o que, neste estudo, se expressa na descrição das práticas pedagógicas e das experiências espaciais desenvolvidas no cotidiano da instituição de Educação Infantil. É exploratória porque aprofunda um objeto ainda pouco problematizado no contexto investigado, favorecendo maior familiaridade com a temática e a produção de novas reflexões analíticas.

Esse enquadramento é coerente com a abordagem qualitativa, uma vez que esta privilegia a compreensão dos significados, das experiências e das relações socialmente construídas pelos sujeitos em seus contextos de vida. Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa mostra-se adequada para apreender as vivências infantis e os sentidos atribuídos pelas crianças ao espaço institucional, a creche, compreendido não apenas em sua materialidade, mas também em sua dimensão simbólica e relacional.

Essa compreensão está em consonância com Gil, ao definir as pesquisas exploratórias e descritivas como modalidades voltadas, respectivamente, ao aprofundamento do problema e à caracterização de fenômenos e populações, bem como com Minayo, para quem a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos.

3.3 CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Centro Municipal de Educação Infantil Amiguinhos (CMEI Amiguinhos), situado em João Pessoa, Paraíba. A instituição está inserida em um contexto urbano marcado por significativa circulação social e por elementos históricos relevantes para a cidade, o que contribui para a construção das experiências e vivências das crianças atendidas. A escolha da instituição justificou-se por sua relevância social no atendimento à infância, por sua inserção em contexto urbano marcado por forte historicidade e por desenvolver o projeto pedagógico *O que vejo da minha janela?* cuja proposta mostrou-se alinhada aos objetivos da investigação. Além disso, a instituição ofereceu condições de acesso para a realização da coleta de dados.

3.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Participaram da pesquisa quatro profissionais da instituição: duas professoras, uma coordenadora pedagógica e uma gestora. Todas possuem formação em Pedagogia e experiência na Educação Infantil. A seleção das participantes justificou-se por sua atuação direta no contexto investigado e por seu envolvimento com o projeto pedagógico analisado.

A presença de profissionais com funções distintas foi considerada relevante para a pesquisa, na medida em que possibilitou compreender o objeto de estudo a partir de diferentes níveis de atuação institucional: as professoras, mais diretamente vinculadas às práticas cotidianas com as crianças; a coordenadora pedagógica, relacionada ao acompanhamento e à organização do trabalho pedagógico; e a gestora, vinculada à dimensão administrativa e institucional da unidade. Desse modo, a heterogeneidade dos cargos contribuiu para ampliar a compreensão sobre o fenômeno investigado, ao reunir percepções complementares sobre a organização dos espaços e as experiências infantis no ambiente escolar.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, utilizaram-se a observação participante, realizada durante visitas institucionais que foram ao total de quatro, e foi observado o quanto o espaço é contributivo pro desenvolver das crianças, e um questionário semiestruturado on-line.

3.5.1 Observação Participante e Visitas Institucionais

Foram realizadas duas visitas ao Centro Municipal de Educação Infantil Amiguinhos (CMEI Amiguinhos), nos dias 2 e 5 de março de 2026. Essas visitas foram fundamentais para delimitar o campo da pesquisa, ajustar os instrumentos de coleta de dados e compreender a dinâmica institucional. Além disso, permitiram o reconhecimento prévio dos espaços da instituição de educação infantil e o levantamento de informações relevantes sobre seu funcionamento, contribuindo para o refinamento do percurso metodológico da investigação.

Na primeira visita, realizada em 2 de março de 2026, participaram a pesquisadora, uma colega orientanda e a professora orientadora. A atividade incluiu a apresentação formal da equipe de pesquisa à gestão e à coordenação pedagógica da instituição, ocasião em que foram expostos os objetivos do estudo e as características do projeto desenvolvido no CMEI.

Também se realizou uma visita guiada pelos diferentes espaços da instituição de educação infantil, o que possibilitou uma observação inicial das condições estruturais e da organização dos ambientes, considerando a forma como esses espaços se apresentavam no cotidiano das crianças.

A segunda visita, realizada em 5 de março de 2026, foi destinada ao detalhamento dos instrumentos de coleta de dados. Nessa ocasião, apresentou-se às profissionais o questionário semiestruturado que seria aplicado posteriormente, com esclarecimento de dúvidas e adequação da linguagem ao contexto institucional.

Realizou-se também o registro fotográfico dos espaços considerados relevantes para a pesquisa, como o pátio, as salas de referência e o corredor com a medida de (19,20 m × 1,40 m) bem como a coleta de informações gerais sobre o funcionamento da instituição, incluindo horários, composição da equipe e organização das rotinas pedagógicas.

Para a coleta de dados, utilizaram-se como instrumentos principais a observação participante, realizada durante as visitas institucionais, e o questionário semiestruturado. As visitas preliminares permitiram maior aproximação com o campo empírico e forneceram elementos importantes para a compreensão da organização espacial e pedagógica da instituição investigada.

3.5.2 Questionário

Com base nas informações obtidas nas visitas institucionais e em um roteiro elaborado a partir dos objetivos da pesquisa, construiu-se um questionário semiestruturado, composto por questões abertas e fechadas, voltado à coleta de dados sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do projeto. A escolha desse instrumento justificou-se pela possibilidade de reunir, de forma sistematizada, percepções e experiências de diferentes profissionais que atuam diretamente com as crianças, produzindo dados coerentes com os objetivos do estudo.

O questionário foi elaborado na plataforma digital Google Forms, o que possibilitou a organização das perguntas em seções e a preservação da identidade das participantes. Para fins de análise e apresentação dos excertos, as respondentes foram identificadas pelas siglas P1, P2, P3 e P4. O instrumento foi estruturado com a inclusão inicial do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando que as participantes estivessem cientes dos objetivos da pesquisa e do caráter voluntário.

O questionário semiestruturado foi organizado em blocos temáticos, de modo a assegurar maior coerência entre os objetivos da pesquisa, os eixos investigados e a produção dos dados. Conforme apresentado no Quadro 1, o instrumento contemplou questões voltadas à caracterização das participantes, à relação entre instituição e contexto social, ao uso pedagógico dos espaços e às experiências desenvolvidas no projeto *O que vejo da minha janela?* além de aspectos relacionados às práticas espaciais das crianças no cotidiano institucional.

Quadro 1 – Blocos temáticos do questionário semiestruturado

Bloco temático	Objetivo do bloco	Aspectos investigados
Perfil profissional das participantes	Caracterizar as respondentes da pesquisa	Formação acadêmica, função exercida na instituição, tempo de atuação na Educação Infantil e tempo de vínculo com o CMEI
Relação entre instituição, crianças e bairro	Compreender como as profissionais percebem a inserção da instituição no contexto comunitário	Relação da escola com o bairro, percepção sobre o entorno, vínculos entre crianças e comunidade e presença do território nas práticas educativas
Uso dos espaços institucionais no processo educativo	Identificar como os diferentes ambientes da instituição são utilizados nas experiências pedagógicas das crianças	Uso do pátio, salas, corredores e demais espaços; formas de apropriação desses ambientes; intencionalidade pedagógica relacionada ao espaço
Experiências com o projeto <i>O que</i>	Analisar as percepções das participantes sobre o	Planejamento, atividades realizadas, participação das crianças, articulação com o

<i>vejo da minha janela?</i>	desenvolvimento do projeto pedagógico	território e contribuições do projeto para as experiências infantis
Percepções sobre as crianças e suas práticas espaciais	Examinar como as profissionais compreendem as interações das crianças com o espaço institucional	Modos de circulação, apropriação dos ambientes, significados atribuídos aos espaços e manifestações das crianças no cotidiano institucional

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Desse modo, o instrumento contemplou dimensões centrais ao objeto de estudo e permitiu reunir informações coerentes com os objetivos propostos.

O questionário foi disponibilizado de forma on-line, por meio de link encaminhado às profissionais da instituição, e o preenchimento ocorreu até 6 de março de 2026. Participaram da pesquisa professoras atuantes no CMEI, equipe de gestão e coordenação pedagógica, totalizando quatro respondentes. A riqueza das respostas obtidas pode estar relacionada ao vínculo estabelecido durante as visitas presenciais, o que favoreceu a participação das profissionais e a apresentação de percepções mais detalhadas sobre o contexto investigado. Considera-se, contudo, que o curto intervalo de coleta constitui um limite da pesquisa, devendo esse aspecto ser considerado na apreciação dos resultados.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, baseado em pesquisas feitas de campo, no local. O procedimento envolveu leitura flutuante do material, definição das unidades de registro, categorização temática das respostas e posterior interpretação à luz do referencial teórico adotado. As categorias analíticas foram construídas com base nos sentidos recorrentes presentes nos enunciados das participantes e, em seguida, discutidas a partir das contribuições da fundamentação teórica, buscando articular os dados empíricos às formulações que sustentam a pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos dados coletados por meio do questionário aplicado às profissionais do CMEI Amiguinhos. Busca-se compreender como as práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição se relacionam com as experiências espaciais das crianças e de que modo o espaço é concebido como elemento educativo no cotidiano da Educação Infantil.

Para organizar a análise, os dados foram distribuídos nas seguintes categorias: caracterização da instituição; perfil profissional das participantes; relação entre instituição, crianças e contexto social; uso dos espaços institucionais no processo educativo; e experiências vinculadas ao projeto pedagógico “O que vejo da minha janela?”. Tais categorias foram definidas a partir dos eixos temáticos do instrumento de coleta e analisadas à luz do referencial teórico apresentado anteriormente.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O CMEI Amiguinhos está situado em João Pessoa, em área urbana marcada por forte circulação social e por referências históricas relevantes para a cidade. Tal inserção no contexto local repercute nas experiências das crianças e constitui aspecto importante para a compreensão das relações entre instituição, cotidiano e espaço vivido.

A instituição de educação infantil foi inaugurada em sua estrutura atual no dia 20 de julho de 2015, como resultado de uma parceria entre o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, o Solidariade Clube da Paraíba, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. O projeto teve início durante a gestão do desembargador Afrânio Melo no TRT-13 e foi idealizado para atender crianças em situação de vulnerabilidade social na região central da cidade. A obra contou ainda com o apoio de diferentes colaboradores, entre eles empresas locais, arquitetos e engenheiros, que contribuíram para a concretização do espaço educativo destinado à primeira infância.

A cerimônia de inauguração da nova sede da instituição de educação infantil contou com a presença de autoridades locais e foi marcada pela bênção do arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto, simbolizando o reconhecimento da importância social da instituição para a comunidade do Varadouro e bairros adjacentes.

Embora o prédio pertença ao Solidariedade Clube da Paraíba, desde 2015 a Prefeitura Municipal de João Pessoa assumiu a gestão administrativa e pedagógica da instituição de educação infantil, responsabilizando-se pela manutenção, contratação de funcionários e fornecimento de materiais.

Por sua vez, o Solidariedade Clube da Paraíba continua colaborando com a instituição por meio de apoio complementar, contribuindo com a manutenção da internet e promovendo doações em datas comemorativas, o que fortalece o vínculo entre a organização e a comunidade atendida.

Atualmente, o CMEI Amiguinhos atende aproximadamente 107 crianças, distribuídas em diferentes turmas da Educação Infantil. A instituição funciona em horário integral, oferecendo alimentação, cuidado e atividades pedagógicas.

O espaço físico da instituição de educação infantil foi planejado para atender às necessidades das crianças pequenas, contando com salas de aula, áreas para atividades coletivas, pátio, refeitório e outros ambientes que favorecem a interação e a brincadeira. Apesar das limitações de espaço apontadas pelas profissionais, a instituição busca organizar os ambientes de forma acolhedora e funcional.



Imagem 1: Corredor Lateral da Instituição
Fonte: Própria Autora



Imagem 2: Fundo da Instituição
Fonte: Própria Autora



Imagem 3: Corredores Internos da Instituição
Fonte: Própria Autora.

Nesse contexto, a instituição de Educação Infantil configura-se como importante espaço educativo, no qual as crianças vivenciam experiências cotidianas que contribuem para seu desenvolvimento integral. Mais do que um espaço físico, o CMEI Amiguinhos constitui ambiente de socialização, descobertas e construção de vínculos, onde as crianças interagem entre si, com os educadores e com os diferentes elementos presentes no ambiente escolar.



Imagem 4: Refeitório
Fonte: Própria Autora



Imagem 5: Playgroud
Fonte: Própria Autora

A escolha dessa instituição como campo de pesquisa justifica-se pela possibilidade de observar e compreender como as crianças pequenas se relacionam com os espaços da instituição de educação infantil, explorando-os por meio de brincadeiras, interações e experiências cotidianas, não contendo explicitamente nas imagens, visto que quis mostrar o espaço em amplitude adequada para comportar as

crianças. Tais vivências permitem analisar de que forma as crianças atribuem significados aos ambientes que frequentam, construindo suas próprias formas de viver, significar e apropriar-se do espaço.



Imagem 6: O que vejo da minha janela, registro da vivência pelas crianças
Fonte: slide CMEI, JOFEM

Durante o terceiro bimestre de 2025, a instituição desenvolveu o projeto “O que vejo da minha janela?”, cujo objetivo foi aproximar as crianças do contexto em que vivem, valorizando suas experiências e fortalecendo o sentimento de pertencimento. O projeto envolveu observação do entorno, relatos das crianças, produções artísticas, participação das famílias e aproximação com aspectos da história local, visto que além de observar o espaço em si, também teve interações com os familiares acerca das experiências externas.

Esse projeto mostrou-se relevante para a pesquisa, pois colocava em prática princípios relacionados à valorização das experiências infantis, à escuta das crianças e à aproximação entre instituição, famílias e contexto de vida.

4.2 PERFIL DAS PARTICIPANTES

A pesquisa contou com a participação de quatro profissionais atuantes na Educação Infantil, incluindo professoras, coordenadora pedagógica e gestora. Todas possuem formação em Pedagogia e experiência significativa na área, com tempo de atuação variando entre 6 e 12 anos.

Há quanto tempo você atua na Educação Infantil?

4 respostas

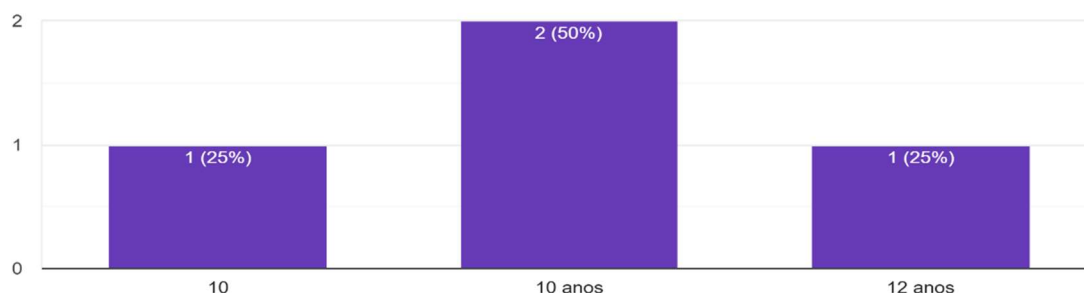


Imagem 7: Gráfico do Google Forms Aplicado (Tempo de Atuação)

Fonte: Própria Autora

Esse dado indica que as participantes possuem experiência consolidada na área e trajetórias profissionais vinculadas ao cotidiano da Educação Infantil. Além disso, parte das participantes possui formação continuada promovida pela rede municipal e em parceria com a universidade, o que evidencia um grupo profissional qualificado e inserido em processos formativos contínuos.

Qual a sua função nesta instituição?

4 respostas

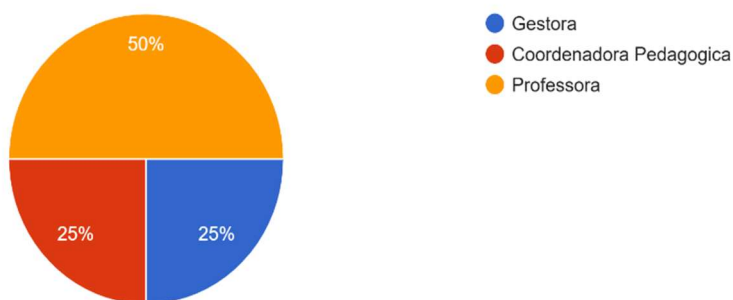


Imagem 8: Gráfico do Google Forms Aplicado (Função na Instituição)

Fonte: Própria Autora

Esse perfil confere consistência aos dados coletados, uma vez que as respondentes possuem vivência concreta no cotidiano institucional e nas práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças. Assim, as respostas apresentadas decorrem de trajetórias profissionais construídas a partir da experiência direta com a

organização da instituição, com os processos educativos e com as dinâmicas vividas no contexto investigado.

4.3 RELAÇÃO ENTRE ESCOLA, CRIANÇAS E CONTEXTO SOCIAL

Quando questionadas sobre a consideração do cotidiano das crianças no planejamento pedagógico, a maioria das respostas indicou que essa prática ocorre sempre ou quase sempre. Esse resultado revela a compreensão da criança como sujeito ativo, cujas experiências são reconhecidas como elementos relevantes para o processo educativo.

Essa perspectiva dialoga com os estudos da Sociologia da Infância, especialmente com Corsaro (2011), ao reconhecer que as crianças produzem cultura a partir de suas vivências e interações, não sendo meramente receptoras de conteúdo. Uma das professoras mencionou, em resposta aberta, que “as crianças chegam com muitas histórias de casa, do caminho para a instituição de educação infantil, e a gente tenta aproveitar isso nas rodas de conversa”.

Esse enunciado evidencia a valorização das experiências infantis como ponto de partida para a construção das práticas educativas. Além disso, a fala dialoga com observação realizada em campo, na medida em que foi possível identificar situações em que narrativas trazidas pelas crianças eram incorporadas às interações pedagógicas cotidianas.

Em relação à influência do bairro nos projetos pedagógicos, as respostas oscilaram entre muito e parcialmente, indicando que o contexto social das crianças é considerado nas práticas educativas, embora essa relação ainda possa ser aprofundada. As respostas abertas mostram que a instituição busca aproximar escola, família e comunidade por meio de reuniões pedagógicas, culminâncias de projetos, ações culturais e participação das famílias. Ao mesmo tempo, foram apontadas limitações estruturais, como o espaço físico reduzido, que dificulta parte dessas interações.

Nesse sentido, as práticas relatadas corroboram a reflexão de Certeau, autor renomado, ao demonstrar que, mesmo diante de limitações materiais, os sujeitos reelaboram o uso dos espaços a partir de suas práticas cotidianas. As falas das profissionais indicam, portanto, um esforço institucional para evitar que a instituição de educação infantil se constitua de forma isolada em relação ao seu entorno social.

Como sintetizou uma participante (P2), “a gente quer trazer a comunidade para dentro, mas às vezes o espaço aperta, falta lugar para receber as famílias” (P2). Assim, embora as condições materiais imponham restrições à ampliação de determinadas ações, os dados revelam movimentos de adaptação e criação de estratégias que possibilitam fortalecer os vínculos entre instituição, crianças, famílias e comunidade.

4.4 O ESPAÇO COMO ELEMENTO PEDAGÓGICO

Os dados indicam que o espaço da instituição é compreendido como parte do processo educativo, sendo majoritariamente considerado sempre ou quase sempre pelas participantes. Esse resultado sugere que as profissionais reconhecem o ambiente como elemento ativo da aprendizagem, e não apenas como suporte material das atividades pedagógicas.

Além disso, as respostas apontam que os ambientes são frequentemente reorganizados de acordo com as necessidades das crianças e dos projetos pedagógicos, demonstrando uma prática pedagógica flexível e sensível às demandas do cotidiano. Uma das professoras (P3) relatou que “de acordo com o projeto, a gente muda os cantinhos, coloca coisas diferentes, organiza os brinquedos de outro jeito” (P3). Essa fala pode ser interpretada à luz de Lopes, ao evidenciar que o espaço é produzido nas interações, nas práticas e nas formas de organização construídas no cotidiano institucional.

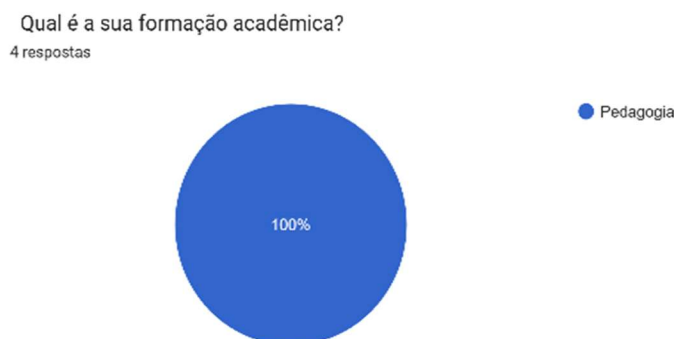


Imagem 9: Gráfico do Google Forms Aplicado (Formação Acadêmica)
Fonte: Própria Autora

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados:

4 respostas

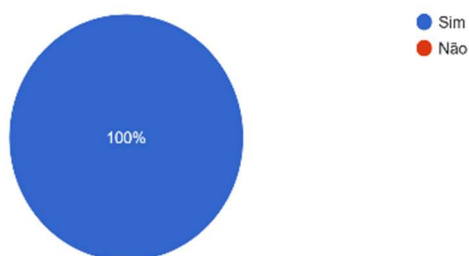


Imagem 10: Gráfico do Google Forms Aplicado (Consentimento)
Fonte: Própria Autora

Mesmo diante de limitações físicas, as participantes afirmaram que o espaço possibilita experiências significativas, seja de forma plena, seja com adaptações. Duas participantes afirmaram que essas experiências ocorrem plenamente, enquanto duas indicaram que ocorrem com adaptações. Esse dado reforça a compreensão de que o espaço educativo não se limita à sua dimensão física, mas envolve também aspectos simbólicos, relacionais e pedagógicos.

Esse resultado dialoga com o tema ao evidenciar que o espaço não é dado de maneira estática, mas produzido nas interações, nas práticas e nas experiências vividas pelas crianças.

4.5 PARTICIPAÇÃO INFANTIL E PROTAGONISMO

As respostas indicam que as crianças participam das decisões sobre o uso dos espaços e que os projetos pedagógicos, em sua maioria, surgem a partir da escuta de seus interesses, que são feitas reuniões e perguntar em conjunto, aplicando a democratização inicial. Esse dado evidencia o protagonismo infantil nas práticas relatadas e indica uma compreensão da criança como sujeito ativo no processo educativo.

Uma das professoras (P4) descreveu que “a gente observa o que elas estão gostando, o que estão falando, e a partir disso pensa nos projetos. O projeto *O que vejo da minha janela?* surgiu porque as crianças estavam sempre falando das suas casas, do que viam no caminho” (P4). Essa fala expressa, de modo concreto, a

valorização do espaço vivido e das narrativas infantis, indicando que as experiências e percepções das crianças são incorporadas ao planejamento institucional.

O cotidiano das crianças fora da escola é considerado no planejamento pedagógico?
4 respostas

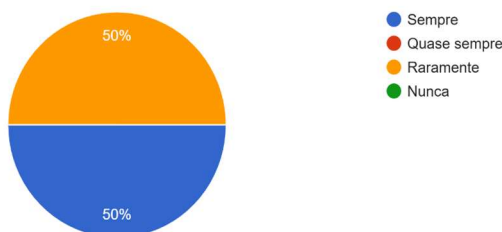


Imagem 11: Gráfico do Google Forms Aplicado (Consideração do Cotidiano no planejamento)
Fonte: Própria Autora

Esse dado evidencia o reconhecimento do protagonismo infantil no cotidiano da instituição de educação infantil, alinhando-se às diretrizes da BNCC, que destacam a importância da participação ativa das crianças nos processos educativos. As respostas indicam, portanto, uma aproximação entre a prática institucional e o princípio do protagonismo infantil. Do ponto de vista teórico, essa prática confirma a concepção da criança como sujeito social, capaz de produzir sentidos e atribuir significados aos espaços que vivencia.

O bairro influencia os projetos desenvolvidos com as crianças?
4 respostas



Imagem 12: Gráfico do Google Forms Aplicado (Influência dos Bairros no desenvolvimento)
Fonte: Própria Autora

4.6 ANÁLISE DO PROJETO O QUE VEJO DA MINHA JANELA?

O projeto pedagógico analisado, intitulado “*O que vejo da minha janela?*”, teve como principal objetivo promover a valorização da cultura local, do território vivido pelas crianças e de suas experiências cotidianas, articulando tais elementos com referências da literatura infantil. A proposta buscou estimular o olhar sensível das crianças sobre o espaço em que vivem, favorecendo a construção de sentidos sobre o lugar, a identidade e as relações sociais.

O projeto foi desenvolvido ao longo do período letivo (ou período específico, se você tiver essa informação), envolvendo turmas da Educação Infantil da instituição (especificar, se possível, creche e/ou pré-escola), com a participação ativa das crianças, professoras e, em alguns momentos, das famílias.

As atividades propostas incluíram a observação do entorno da instituição, o incentivo aos relatos das experiências infantis, produções artísticas (como desenhos, pinturas e outras formas de expressão), além de práticas que aproximaram as crianças da história e das características do lugar onde vivem. A participação das famílias também foi considerada um elemento relevante, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos entre a instituição e a comunidade.

Dentre as produções mais significativas do projeto, destacam-se os registros das percepções das crianças sobre o espaço, expressos por meio de produções artísticas e narrativas, evidenciando a construção de um olhar próprio sobre o território vivido.

Ressalta-se que a pesquisadora teve acesso ao projeto por meio de (observação direta, análise documental e/ou relatos das professoras — ajustar conforme o seu caso), o que possibilitou compreender tanto sua organização quanto suas implicações no cotidiano da instituição.

As manifestações culturais do bairro são trabalhadas nas atividades pedagógicas?
4 respostas



Imagem 13: Gráfico do Google Forms Aplicado (Manifestações Culturais)
Fonte: Própria Autora

As respostas permitem inferir situações de observação, desenho e partilha de experiências relacionadas ao contexto vivido pelas crianças. Uma das professoras relatou que as crianças demonstraram entusiasmo ao apresentar suas casas aos colegas e que, a partir dessa dinâmica, foi possível perceber maior identificação com o lugar em que vivem. Esse aspecto evidencia que o projeto favoreceu a aproximação entre as vivências infantis, o espaço vivido e as práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição.

As respostas indicam que as crianças tiveram participação ativa em todas as etapas do projeto, contribuindo com suas experiências, percepções e narrativas. Essa participação evidencia que as crianças não apenas vivenciam o espaço, mas também o interpretam, ressignificam e produzem sentidos sobre ele. Nessa perspectiva, o projeto analisado reforça a compreensão de que o espaço vivido, quando incorporado ao trabalho pedagógico, torna-se elemento relevante para a construção de experiências educativas mais significativas.

As experiências trazidas pelas crianças são utilizadas como ponto de partida para atividades?
4 respostas

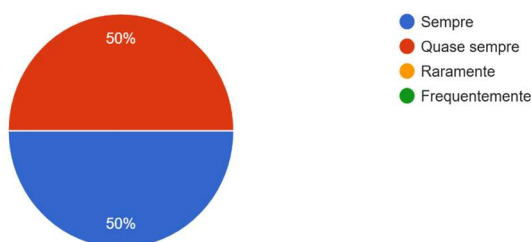


Imagem 14: Gráfico do Google Forms Aplicado (Experiências das Crianças)
Fonte: Própria Autora

4.7 O BRINCAR E O ESPAÇO VIVIDO

A partir das respostas sobre o projeto, foi possível compreender que ele contribuiu significativamente para a construção do espaço vivido pelas crianças, favorecendo a apropriação dos ambientes por meio do brincar, das interações e das experiências cotidianas.

As respostas indicam que o brincar possibilitou a ressignificação dos espaços, houve fortalecimento do sentimento de pertencimento e as crianças passaram a reconhecer o bairro como parte de suas experiências cotidianas. Uma das professoras

destacou que “depois do projeto, as crianças começaram a falar do bairro com mais propriedade, a se reconhecer como moradoras do Varadouro”.

O espaço da instituição é pensado como parte do processo educativo?
4 respostas



Imagem 15: Gráfico do Google Forms Aplicado (Espaço da Instituição)
Fonte: Própria Autora

A brincadeira, muitas vezes vista apenas como diversão ou passatempo, revela-se aqui como modo de habitar e ressignificar o espaço, em diálogo com a literatura sobre brincar e produção de sentidos.

A análise dos dados permite afirmar que as práticas pedagógicas desenvolvidas no CMEI Amiguinhos estão, em grande medida, alinhadas aos pressupostos do espaço vivido e da Sociologia da Infância. As profissionais reconhecem a criança como sujeito ativo, compreendem o espaço como elemento educativo, consideram o contexto de vida como componente do processo pedagógico e valorizam o brincar como forma de produção de sentidos sobre o espaço.

As crianças participam das decisões sobre o uso dos espaços?
4 respostas

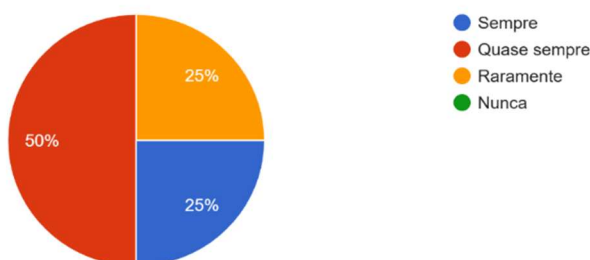


Imagem 16: Gráfico do Google Forms Aplicado (Participação das Crianças)
Fonte: Própria Autora

Como sintetizou uma das participantes, “a gente quer fazer mais, mas às vezes o espaço aperta, a gente tem que se virar” (P2).

As famílias participam do desenvolvimento dos projetos?

4 respostas

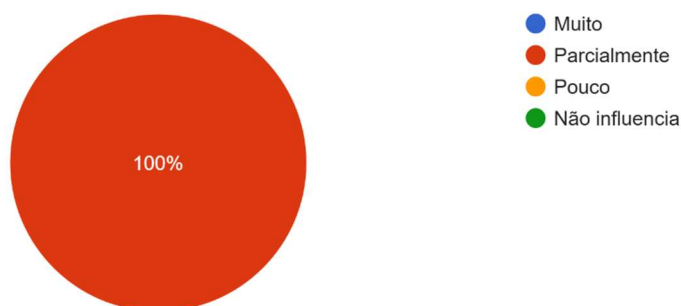


Imagem 17: Gráfico do Google Forms Aplicado (Participação das Famílias)
Fonte: Própria Autora

De modo geral, os dados evidenciam que a instituição de Educação Infantil se configura como espaço vivido, produzido e ressignificado pelas crianças, constituindo-se como contexto educativo fundamental para a construção de experiências, identidades e aprendizagens.

Você participou do projeto no 3o. bimestre de 2025?

4 respostas

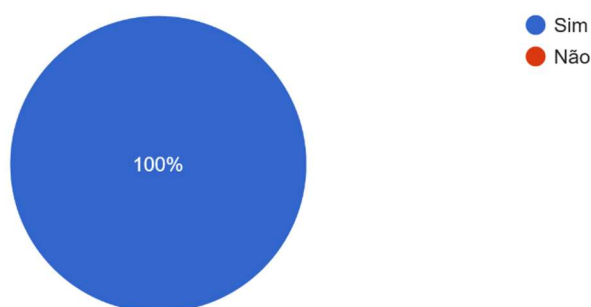


Imagem 18: Gráfico do Google Forms Aplicado (Participação no 3º Bimestre)
Fonte: Própria Autora

Para melhor visualização e organização dos dados coletados, as respostas das participantes foram sistematizadas em quadros, apresentados a seguir.

Quadro 2 – Perfil das Participantes

Critério	Resultados
Número de participantes	4
Formação acadêmica	Todas possuem formação em Pedagogia
Tempo de atuação na Educação Infantil	Entre 6 e 12 anos
Formação continuada	Presente em parte das participantes

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Quadro 3 – Relação entre escola, crianças e contexto social

Questão	Respostas	Frequência
O cotidiano das crianças é considerado no planejamento?	Sempre	3 (75%)
	Quase sempre	1 (25%)
O bairro influencia os projetos?	Muito	2 (50%)
	Parcialmente	2 (50%)
As manifestações culturais são trabalhadas?	Sempre/Frequentemente	4 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Quadro 4 – O espaço como elemento pedagógico

Questão	Respostas	Frequência
O espaço é parte do processo educativo?	Sempre/Quase sempre	4 (100%)
Os ambientes são reorganizados?	Sempre	3 (75%)
	Quase sempre	1 (25%)
O espaço permite experiências, mesmo com limitações?	Sim, plenamente	2 (50%)
	Sim, com adaptações	2 (50%)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Quadro 5 – Protagonismo infantil

Questão	Respostas	Frequência
Crianças participam das decisões?	Sempre	2 (50%)
	Quase sempre	2 (50%)
Projetos fazem parte da rotina?	Sempre/Frequentemente	4 (100%)

Projetos surgem dos interesses das	Sempre	3 (75%)
crianças?	Frequentemente	1 (25%)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Quadro 6 – O brincar e o espaço vivido

Aspecto analisado	Resultado
Apropriação dos espaços	Presente
Ressignificação do espaço	Evidenciada
Sentimento de pertencimento	Fortalecido
Influência do brincar	Central

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os projetos promovem maior participação das crianças nas atividades?

4 respostas



Imagem 19: Gráfico do Google Forms Aplicado (Participação das Crianças nas Atividades)

Fonte: Própria Autora

Diante do exposto, entende-se que a experiência analisada evidencia a potência das práticas pedagógicas que consideram a criança como sujeito ativo na produção de sentidos sobre o espaço, reafirmando a importância de propostas que integrem o brincar e as vivências cotidianas ao processo educativo. Ao compreender o espaço como elemento dinâmico, construído nas interações e nas experiências das crianças, o CMEI Amiguinhos demonstra avançar para além de uma concepção tradicional de ensino, aproximando-se de uma perspectiva que valoriza a infância em sua dimensão social, cultural e espacial.

Todavia, os resultados obtidos reforçam a imprescindibilidade de investimentos contínuos na formação docente e na melhoria das condições estruturais

das instituições de Educação Infantil, de modo a ampliar as possibilidades de exploração dos espaços e potencializar práticas pedagógicas mais consistentes. A articulação entre teoria e prática mostra-se fundamental para consolidar propostas educativas que dialoguem com a Sociologia da Infância e com estudos sobre o espaço vivido, assegurando que as experiências das crianças sejam efetivamente consideradas no planejamento e na execução das atividades.

Assim, destaca-se que a valorização do espaço vivido na Educação Infantil contribui não apenas para o desenvolvimento das crianças, mas também para a construção de vínculos com os ambientes que frequentam e para o fortalecimento de suas identidades. Desse modo, este estudo evidencia a relevância de práticas pedagógicas sensíveis às experiências da infância, capazes de fomentar aprendizagens significativas, participação ativa e reconhecimento das crianças como protagonistas de suas próprias vivências no mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, observa-se que a pesquisa ultrapassa a dimensão estritamente acadêmica e aponta implicações relevantes para a compreensão das práticas pedagógicas na Educação Infantil. A investigação partiu da questão de como as crianças pequenas produzem experiências e descobertas no espaço da instituição de Educação Infantil, buscando compreender de que maneira esse espaço é vivido, significado e apropriado no cotidiano institucional.

Para responder a essa questão, buscou-se, no referencial sobre espaço vivido e infância, subsídios teóricos para compreender a criança como sujeito ativo e o espaço como elemento constitutivo das experiências educativas. A inserção no campo, realizada no CMEI Amiguinhos, possibilitou a produção de dados junto às profissionais da instituição, permitindo analisar como o cotidiano pedagógico se articula às experiências espaciais infantis.

Os resultados evidenciaram que as práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição reconhecem a criança como sujeito ativo, consideram suas experiências no planejamento e compreendem o espaço como elemento educativo. O projeto O que vejo da minha janela? mostrou-se especialmente relevante nesse processo, ao articular as vivências das crianças, o espaço vivido e o trabalho pedagógico,

fortalecendo o sentimento de pertencimento ao bairro e ampliando as possibilidades de relação entre instituição e comunidade.

Os dados também demonstraram que, mesmo diante de limitações estruturais, o espaço da instituição pode ser mobilizado pedagogicamente de forma intencional. As respostas das participantes indicaram que os ambientes são reorganizados conforme as necessidades das crianças e dos projetos, revelando que o espaço não se reduz à sua materialidade, mas envolve dimensões relacionais, simbólicas e pedagógicas. Desse modo, a pesquisa permitiu compreender que o espaço institucional assume relevância na produção de experiências, interações e aprendizagens na Educação Infantil.

As profissionais da instituição demonstraram sensibilidade para as experiências infantis e para a organização pedagógica do espaço. Contudo, é importante destacar que tais conclusões decorrem da perspectiva das profissionais participantes e não de uma escuta direta das crianças. Esse aspecto constitui um limite importante do estudo, uma vez que a compreensão das experiências espaciais infantis foi mediada pelas percepções adultas.

Esta pesquisa contribui ao evidenciar a centralidade do espaço institucional, do brincar e da escuta docente na compreensão das experiências infantis. Contribui, ainda, ao reforçar a importância de pensar a instituição de Educação Infantil não como espaço meramente assistencial ou de guarda, mas como espaço educativo no qual as crianças interagem, produzem sentidos e constroem vínculos com os ambientes que vivenciam. Nesse sentido, o estudo também aponta para a relevância da formação continuada de professores, especialmente no que se refere à reflexão sobre o espaço como componente do processo educativo.

Os limites da pesquisa relacionam-se às escolhas metodológicas adotadas. A amostra reduzida, composta por quatro participantes, o curto período de coleta de dados e o uso predominante do questionário semiestruturado restringem o alcance analítico do estudo e não permitem generalizações.

Além disso, o estudo reafirma a necessidade de reconhecer as crianças como sujeitos do presente, produtores de cultura e de sentidos sobre o espaço. As experiências vividas no cotidiano da instituição indicam que as crianças não apenas ocupam os ambientes, mas também os interpretam, os ressignificam e os integram às suas práticas de interação, brincadeira e aprendizagem.

Por fim, sugere-se que novas pesquisas aprofundem a temática por meio de metodologias que contemplem, de forma mais direta, a participação das próprias crianças, utilizando observações sistemáticas, rodas de conversa, desenhos, fotografias e outros recursos compatíveis com a Educação Infantil. Recomenda-se, ainda, o aprofundamento de estudos sobre a formação inicial e continuada de professores, de modo a ampliar a compreensão do espaço vivido e do brincar como dimensões constitutivas das práticas pedagógicas voltadas à infância.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BEZERRA, Rita de Cássia de Lima; BARBOSA, Thays Emmanuelle da Silva. O espaço físico em instituições de educação infantil: contribuições para o desenvolvimento da criança. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CMEI AMIGUINHOS. Projeto: O que vejo da minha janela? João Pessoa: CMEI Amiguinhos, 2025. Slides do projeto pedagógico utilizados na pesquisa.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. Infâncias, espaços e tempos: dossiê. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 7-12, jan./jun. 2006.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (org.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2009.

JEREMIAS, Andressa Fabiana Fanhani. O espaço do parque na Educação Infantil: uma análise a partir do vivido. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196197> Acesso em: 5 jan. 2026.

JÚNIOR, Otávio. Da minha janela. Ilustrações de Vanina Starkoff. Rio de Janeiro: Companhia das Letrinhas, 2019.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Geografia e educação infantil: espaços e tempos desacostumados**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da infância: reflexões sobre uma área de pesquisa. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de;

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (org.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 121-144.

ROCHA, Irene Reiko Miyake da. A educação infantil como espaço de exploração: relato de experiência a partir do Programa de Residência Pedagógica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/3795c0c7-a7b8-43c7-8820-e0eebe2ed23a>
Acesso em: 3 jan. 2026.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 361-378, maio/ago. 2003.